

Sabóia tenta impedir o recesso

João Aurélio de Abreu

O deputado maranhense José Carlos Sabóia, líder do PSB, começa amanhã um movimento para conseguir a convocação extraordinária do Congresso Nacional. Ele quer impedir o recesso dos parlamentares até que sejam votados o Código de Defesa do Consumidor; a lei que estabelece o regime único para os servidores públicos — acabando com a distinção entre os que são contratados pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e aos que são regidos pelo Estatuto do Servidor —; a lei de política salarial e da reposição das perdas salariais. Para isso, ele começará a recolher assinatura dos deputados e senadores que apoiam a sua iniciativa. São necessários 249 assinaturas na Câmara e 39 no Senado Federal.

Caso a convocação se concretize, o Congresso terá que definir uma pauta para deliberação. Segundo a Constituição, no artigo 57, parágrafo 7º, durante a sessão legislativa extraordinária, só pode

haver votação sobre a matéria para a qual houve a convocação. Com isso, o Governo poderia encontrar dificuldades em sua estratégia de ganhar tempo, enviando ao Legislativo uma medida provisória sobre política salarial nas vésperas do recesso, o que garantiria durante 60 dias a sua proposta de livre negociação. Isso porque o Governo pretende que o Congresso entre em recesso sem votar a política salarial e, durante esse tempo, a sua medida provisória teria força de lei. O prazo para deliberação terminaria durante as férias dos parlamentares, e o governo poderia reeditá-la.

Depoimento de Zélia

A política salarial do Governo deverá ser explicada pela ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, amanhã, na Comissão do Trabalho da Câmara dos Deputados. Os membros da Comissão decidiram convocá-la para prestar esclarecimentos, mas ela ainda não confirmou a sua presença. Caso ela se recuse, os parlamentares poderão pedir ao presidente da Câmara,

Deputado Paes de Andrade (PMDB-CE), o seu enquadramento em crime de responsabilidade, como está determinado no artigo 50 da Constituição.

Na quinta-feira, a Comissão pretende votar um projeto de lei estabelecendo o regime jurídico único e um plano de carreira para os servidores públicos. No entanto, a deliberação ainda depende de uma resposta do presidente da Câmara ao pedido do Governo para que o projeto da comissão seja substituído por uma proposta da sua equipe econômica.

O presidente da Comissão, deputado Amaury Muller (PDT-RS), disse ontem que não concorda com o pedido do governo. "Essa sua proposta não corresponde às aspirações dos funcionários públicos, porque aniquila com as esperanças desses funcionários, além de brutalizar os seus direitos", disse. Para o parlamentar, o projeto da Comissão tem preferência sobre o do Palácio do Planalto porque foi apresentado antes.